

CROWD LAW

**ABRINDO AS PORTAS
DO GOVERNO PARA A
PARTICIPAÇÃO DIGITAL**

JULIA IUNES MONTEIRO

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 by Julia Iunes Monteiro

Categoria: Direito Digital

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Capa: Folha Verde Design
Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M775c

Monteiro, Julia Iunes

Crowdlaw : abrindo as portas do governo para a participação digital /
Julia Iunes Monteiro. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.
288 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 261-271.

ISBN 978-65-5510-673-2

1. Participação digital. 2. Processo legislativo. 3. Governo aberto.
4. Parlamento aberto. 5. Crowdlaw. I. Título.

CDD 340

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	1
Introdução	5
Capítulo 1 – Da Crise Democrática ao Governo Aberto	13
1.1 Crise da Representação Democrática.....	17
1.1.1 A evolução do conceito de representação política.....	22
1.2 Democracia Digital e Participação Política	26
1.2.1 Democracia digital não institucional e institucional.....	32
1.2.2 A <i>crowdlaw</i> como mecanismo de democracia digital institucional.....	35
1.2.3 Ressignificando a participação política	36
1.2.3.1 Críticas e potencialidades da participação social.....	38
1.2.3.1.1 A participação é ineficiente.....	38
1.2.3.1.2 Patologia deliberativa.....	42
1.2.3.1.3 Os cidadãos não possuem conhecimento	45
1.2.3.2 Limites das teorias democráticas participativas	48
1.2.4 O que é participação política digital?.....	55
1.2.4.1 Diferenciando participação de acesso e interação	59
1.3 Governo Aberto: o ensaio da democracia colaborativa	64
1.3.1 Visão, Voz e Ação	65
1.3.2 Parlamento Aberto no Brasil.....	75
Capítulo 2 – Participação Social no Processo Legislativo	79
2.1 Processo legislativo no Brasil.....	80
2.1.1 Procedimento genérico de tramitação de uma lei: as três fases do processo legislativo	82
2.2 Participação social no processo legislativo	89

2.2.1 Fases do processo legislativo e seus respectivos instrumentos de participação.....	95
2.2.1.1 Participação na fase inicial: o efeito de pauta política.....	96
2.2.1.1.1 Iniciativa Popular de Lei.....	100
2.2.1.1.2 Sugestão Legislativa.....	110
2.2.1.2 Participação na fase intermediária: Deliberação e expertise.....	111
2.2.1.2.1 Audiências Públicas.....	112
2.2.1.3 Plebiscitos e Referendos: participação através de consultas à opinião do público.....	116
2.2.1.3.1 Plebiscito e Referendo: significados e diferenças básicas.....	117
2.2.1.3.2 Regulamentação a nível federal no Brasil.....	122
2.2.2 Os mecanismos de participação tradicionais diante do novo paradigma de Parlamento Aberto.....	129

Capítulo 3 – Rumo à *Crowdlaw*: Participação Social em

Plataformas Digitais.....	133
3.1 <i>Crowdlaw</i> – uma nova abordagem para a participação política digital.....	135
3.1.1 Fase preliminar e inicial do processo legislativo: i) definição da agenda (identificação do problema); ii) busca das alternativas de solução e iii) redação do projeto.....	142
3.1.2 Fase intermediária e final do processo legislativo.....	149
3.1.3 Fase posterior à elaboração da lei: implementação e avaliação.....	150
3.2 Plataformas de <i>crowdlaw</i> instituídas no Parlamento brasileiro.....	154
3.2.1 A plataforma e-Cidadania.....	157
3.2.2 A plataforma e-Democracia.....	158
3.3 Análise das ferramentas de <i>crowdlaw</i> estabelecidas no Parlamento brasileiro.....	161
3.3.1 Fase inicial do processo legislativo: Ideia Legislativa.....	162

3.3.1.1	Regulamentação da Ideia Legislativa	166
3.3.1.2	Resultados da utilização das Ideias Legislativas.....	170
3.3.1.3	Andamento dos projetos de lei derivados das Ideias Legislativas.....	187
3.3.1.4	Comparação das Ideias Legislativas com os instrumentos tradicionais: Iniciativa Popular de Lei e Sugestão Legislativa.....	192
3.3.1.4.1	Requisitos para deflagrar a iniciativa.....	196
3.3.1.4.2	Casa iniciadora	198
3.3.1.4.3	Tipos de proposições e critérios temáticos	198
3.3.1.4.4	Redação das propostas.....	199
3.3.1.4.5	Prioridade e mecanismos de influência na tramitação da proposta	200
3.3.1.5	Ferramentas similares em outros países.....	201
3.3.2	Fase intermediária do processo legislativo: Evento Interativo	203
3.3.2.1	Resultados do Evento Interativo	206
3.3.2.2	Comparação com Audiências Públicas tradicionais	207
3.3.2.3	Ferramentas similares em outros países	208
3.3.3	Consulta Pública	209
3.3.3.1	Regulamentação da Consulta Pública	210
3.3.3.2	Resultados da Consulta Pública	216
3.3.3.3	Comparação da Consulta Pública com os instrumentos tradicionais: Plebiscito e Referendo.....	226
3.3.3.4	Ferramentas similares em outros países	228
3.3.4	Fase final do processo legislativo: Pauta Participativa.....	229
3.3.4.1	Resultados da Pauta Participativa	232
3.4	<i>Crowdlaw</i> : o que há de novo no conceito?.....	233
3.5	Recomendações para o desenvolvimento de Plataformas de <i>Crowdlaw</i>	239

Conclusão	257
Referências Bibliográficas.....	261